Capítulo 44

A formação das monarquias nacionais

A condição fundamental para o processo de formação das monarquias nacionais foi a crise do feudalismo, que enfraqueceu o poder local da nobreza, abrindo espaço para a ação política dos reis.

Em condições desfavoráveis, como as do século XIV, quando a peste matou de um terço a metade da população européia, a opressão sobre os servos crescia, por causa da escassez de mão-de-obra. O resultado foram as numerosas revoltas camponesas, as *jacqueries*. A nobreza socorreu-se do rei, que surgiu como articulador da aristocracia contra as massas; este fato também contribuiu para a centralização do poder.

1. Origem da monarquia nacional

O poder do rei tornou-se nacional quando se estendeu sobre toda a *nação*, definida durante a Idade Média como unidade lingüística, religiosa, cultural e histórica, com base num território. Para tanto, o poder real precisava superar poderes sobreviventes da Idade Média: o *particularismo*, o poder local, individual, exercido pelos senhores ou pelas cidades; e o *universalismo*, o poder do papado e do Sacro Império. O papado gozava de prestígio internacional, tinha tribunais próprios, não pagava imposto, recolhia contribuições e se atribuía o direito de intervir nos assuntos nacionais. O Sacro Império julgava-se herdeiro das tradições universais do Império Romano, igualmente com direito de intrometer-se nos assuntos nacionais.

O desenvolvimento comercial e urbano também favorecia a centralização. A nova classe social ligada ao comércio tinha interesse econômico na *unificação nacional*, com a uniformização de pedágios, pesos e medidas, moedas, leis, enfim, condições para a conquista do mercado internacional. Para a burguesia, centralização do poder era um meio de atingir a unificação. Mais razões teve a burguesia de abrir mão de seus privilégios em favor do rei quando, com a crise de retração do século XIV, a pequena burguesia dos artesãos passou a contestar o próprio poder burguês nas cidades.

Além do mais, a crise de crescimento do século XV só poderia ser resolvida com a incorporação de novos mercados e novas rotas; e só o rei, reunindo recursos de toda a nação, poderia bancar empreendimento tão grandioso quanto a expansão comercial e marítima.

Outras condições complementares podem ser lembradas: a tradição de hereditariedade do poder real, consolidada na Idade Média; o movimento universitário, que criou um corpo de legistas capazes de legitimar o poder real; o desenvolvimento do individualismo com o Renascimento, que criou a imagem de um rei representante e protetor da nação: o rei encarnava o ideal nacional.

2. Mecanismos de centralização

Para exercer o poder, o rei precisava monopolizar três elementos: a *força*, a *tributação* e a *justiça e administração*. Com apoio inicial da burguesia e de habitantes dos domínios reais, foi possível organizar forças militares mercenárias. Com a *infantaria*, que representou a democratização das forças armadas, e as *milícias urbanas*, formou-se o quadro da nova realidade militar, que se opôs ao antigo exército de vassalos da Idade Média.

Tendo a força, o rei pôde ampliar sua capacidade tributária, aumentando o número de contribuintes, especialmente camponeses e artesãos, que não tinham os mesmos interesses da burguesia na centralização. Nobreza, clero e altos funcionários continuavam isentos de impostos.

A força possibilitou a expansão dos domínios reais pela eliminação progressiva do poder dos nobres, especialmente da grande nobreza, ainda poderosa, resistente à centralização. Nas terras que dominava, o rei organizava a administração, da qual encarregava funcionários seus. Estes cobravam impostos e distribuíam justiça com base em códigos escritos, em substituição às leis feudais costumeiras. Foi um notável avanço na racionalização do Estado, marcando o nascimento da moderna burocracia. A corte do rei transformou-se numa *corte suprema* de justiça da nação.

3. *Monarquia nacional na França e na Inglaterra*

Ao findar a *Guerra dos Cem Anos*, em 1453, a monarquia francesa completava três séculos de progressos rumo à centralização. Carlos VII, da Dinastia de Valois, venceu os ingleses e reorganizou a administração: convocou para o Conselho do rei os burgueses mais expressivos; dispensou o auxílio dos Estados Gerais; arrogou-se o direito exclusivo de baixar impostos, criando o imposto sobre venda de mercadorias (*aides*), sobre o sal (*gabela*) e sobre pessoas ou terras (*talha*). Com os recursos, manteve um exército permanente, aperfeiçoou a cavalaria e a artilharia e formou um excelente corpo de arqueiros.

No início do século XVI, príncipes, senhores feudais, bispos e militares passaram a deixar suas propriedades para viver na corte, em torno do rei. A administração ficou eficiente. Os principais assessores reais eram: *chanceler*, encarregado da justiça; *condestável*, do exército; e *secretários de Estado*, principal inovação do século XVI. O *Conselho do Rei*, ou *de Estado*, ou *Privado*, apesar de não ter atribuições fixas, tratava dos principais problemas de política externa e interna.

A organização das províncias, mais difícil diante da resistência dos senhores e das distâncias, progrediu mesmo assim, pois foram criadas instituições fiscais e judiciárias (*parlamentos*) em várias localidades.

As maiores dificuldades do rei eram as leis costumeiras e divinas e a tendência a tornar vitalícios, e mesmo hereditários, os cargos públicos: os ocupantes dispunham deles como se fossem seus donos, complicando a administração pela multiplicação de cargos.

Enquanto na França o poder real caminhava para o absolutismo, na monarquia inglesa os reis poderosos, como Henrique II, cediam lugar a monarcas limitados. Estabelecia-se ali uma monarquia constitucional. Desde que os barões ingleses haviam imposto a João Sem-Terra a *Carta Magna*, em 1215, o poder real vinha se enfraquecendo e crescia o poder da nobreza. A Carta impunha a criação do Grande Conselho, composto por representantes de toda a nação; proibia os impostos sem aprovação do Conselho; proibia as prisões arbitrárias; criava um corpo de 25 barões encarregados de fiscalizar a observância das leis.

No reinado de Henrique III, nova revolta dos barões praticamente transferiu o poder para a nobreza, através das *Provisões de Oxford*, de 1258. Nos anos seguintes, as reuniões do Parlamento tornaram-se regulares, com a participação de todas as camadas sociais.

No século XIV, a Dinastia Plantageneta cedeu lugar à Lancaster. Os duques de York organizaram a oposição aos Lancaster, o que culminou na *Guerra das Duas Rosas*, iniciada em 1455. O conflito terminou em 1485, com a inauguração da Dinastia Tudor, com Henrique VII. Aos Tudor caberia a retomada do processo de afirmação do poder real na Inglaterra no decorrer do século XVI.

Questões propostas

1. Qual a condição fundamental para a formação das monarquias nacionais? Por quê? Cite as condições complementares.

2. Que características de poder, sobreviventes da Idade Média, precisavam ser superadas para que se desse a afirmação do poder real sobre toda a nação?

3. Para controlar o aparelho de Estado, o rei precisava monopolizar três elementos fundamentais. Quais eram esses elementos?

4. Quando se consolidou o poder real na França? Em que contribuiu para isso o rei Carlos VII?

5. Enquanto o poder real se reforçava na França, o que acontecia na Inglaterra?

6. O que foi a Carta Magna?